



UNICEUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO
PROFESSOR ORIENTADOR: HENRIQUE MOREIRA

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DE CANUDOS

LUZIA ALVES SOBREIRA SANTOS
MATRÍCULA Nº 20176875

BRASÍLIA/DF, JUNHO DE 2005



UNICEUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO
PROFESSOR ORIENTADOR: HENRIQUE MOREIRA

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DE CANUDOS

LUZIA ALVES SOBREIRA SANTOS
MATRÍCULA Nº 20176875

BRASÍLIA/DF, JUNHO DE 2005

Santos, Luzia Alves Sobreira

A Cobertura Jornalística da Guerra de Canudos

UniCEUB, 2005. 51 páginas.

**Monografia apresentada UniCEUB – Centro Universitário de Brasília –
para a obtenção do grau de Jornalismo.**

LUZIA ALVES SOBREIRA SANTOS

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA DE CANUDOS

**Esta monografia foi julgada adequada para a conclusão do curso de Jornalismo
do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília**

MEMBROS EXAMINADORES	ASSINATURA
1. PROFESSOR (a) ORIENTADOR (a) PROF. (a) HENRIQUE MOREIRA	
2. PROFESSOR (a) EXAMINADOR (a) PROF. (a)	
3. PROFESSOR (a) EXAMINADOR (a) PROF. (a)	
MENÇÃO FINAL	

Brasília/DF, Junho de 2005.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é fruto de muita dedicação e amor. O fascínio e interesse pelo tema é antigo, mas cresceu a cada descoberta, aprofundamento e curiosidade pelo assunto. Dedico este projeto acadêmico a minha amada Meiry, que tornou possível esta graduação e sempre esteve ao meu lado apoiando, ouvindo e questionando as minhas decisões; ao Professor Lunde Braghini, responsável pelo meu sentimento de paixão e revolta que envolve Canudos, ao Professor Henrique Moreira e a todos que estiveram ao meu lado acompanhando e acreditando sucesso deste trabalho.

Sumário

Introdução

Capítulo 1 – Fundamentação Teórica	p. 02
Capítulo 2 – Justificativa	p. 09
Capítulo 3 – Metodologia	p. 10
Capítulo 4 – Contexto Histórico	p. 13
- 1 – A Guerra	p. 15
- 2 – Antônio Conselheiro	p. 22
- 3 – Jagunços	p. 26
Capítulo 5 – A Cobertura Jornalística da Guerra de Canudos	p. 28
Capítulo 6 – Histórico e Relatório do Comitê Patriótico de Canudos ...	p. 31
Capítulo 7 – Lelis Piedade	p. 34
Capítulo 8 – Manoel Benício	p. 39
Capítulo 9 – Conclusão	p. 50
Referências Bibliográficas.....	p. 51

INTRODUÇÃO

A cobertura jornalística na Guerra de Canudos é um tema fascinante que permite uma reflexão sobre injustiça, história, evolução do jornalismo no Brasil, além de uma análise do sofrimento de um povo que foi massacrado e julgado cruelmente. O ano é de 1897 e o Brasil passava por transformações políticas, econômicas e sociais expressivas. Oito jornais dos principais estados do Brasil enviaram correspondentes para cobertura jornalística da quarta e última expedição na guerra. Os jornais responsáveis pela cobertura jornalística foram: o *Diário de Notícias* (Bahia), *Gazeta de Notícias* (Bahia), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), *Jornal de Notícias* (Bahia), *A Notícia* (Rio de Janeiro), *O País* (Rio de Janeiro) e o *Comércio de São Paulo* (São Paulo).

O objeto desta pesquisa é a análise do discurso ideológico de dois correspondentes enviados à guerra, Manoel Benício pelo *Jornal do Comércio* e Lelis Piedade pelo *Jornal de Notícias*. Este trabalho permite um aprofundamento histórico importante para compreender a imprensa do final do século XIX. “*A imprensa, como todo o conjunto da cultura, refere as transformações da época*”. (SODRÉ, 1999, p. 186).

Tópicos do discurso de Lelis Piedade e de Manoel Benício foram escolhidos de acordo com a relevância das informações. Os trechos mostrados nesta pesquisa comprovam a censura sofrida pela imprensa da época e a linguagem adotada pelos correspondentes para descreverem os jagunços, muitas vezes pejorativa e tendenciosa. Esta pesquisa também mostra a evolução da imprensa no Brasil e como a história influi na representação do jornal.

***Escapa, escapa soldado
Quem tiver perna que corra
Quem quiser ficar que fique
Quem quiser morrer que morra
Há de nascer duas vezes
Quem sair desta gangorra”¹***

¹ João Melchiades, poeta paraibano, ex-soldado na guerra de Canudos, site: (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A imprensa surgiu no Brasil em 1808 quando o país ainda era colônia de Portugal. Conhecida como *Impressão Régia*, as normas da corte estabeleciam um regimento interno sob a imprensa. As regras determinavam que todos os papéis e livros impressos deveriam ser examinados e fiscalizados previamente e não se imprimia nada contra religião, o governo e os bons costumes. Era a censura. Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais, frei Antônio de Arrábida, o padre João Manzonni, Carvalho Melo, e José da Silva Lisboa, todos membros da corte e da igreja.

No dia 10 de setembro de 1808 foi publicado o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. O jornal era um pobre papel impresso e seu conteúdo era limitado somente ao que se passava na Europa. Ele era composto de quatro páginas, semanal no início e trissemanal depois. O material de texto era retirado da Gazeta de Lisboa ou de jornais ingleses e revisado por membros da corte portuguesa. A finalidade do jornal não era com os interesses da sociedade e nem era esta a preocupação dos que o faziam, mas de servir à coroa.

Por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam estas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume. NOTA. (SODRÉ, 1999, p. 20).

O *Correio Brasiliense* surgiu no mesmo ano e era feito em Londres. Hipólito da Costa foi quem fundou, dirigiu e redigiu o jornal até sua extinção. Segundo Hipólito a razão pela qual o *Correio* era feito no exterior se justificava pela dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil. A censura do início do século XIX não facilitava as publicações. O jornal era mais parecido com um periódico, hoje seria equivalente a uma revista doutrinária e não a um jornal. “O *Correio* tinha uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária”. (SODRÉ, 1999, p. 23).

O próprio responsável pelo *Correio Brasiliense* admitiu que o jornal surgiu com o fim de preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos. Mas admite também que evidentemente, não foi fundado para pregar a independência e não a pregou.

O surgimento e veiculação do *Correio* preocupou o governo da época. A Corte do Rio de Janeiro chegou a determinar no dia 27 de março de 1809 a apreensão do material impresso no exterior que tivesse críticas ao governo. As “*calúnias*” publicadas tinham origem nas críticas que Hipólito havia feito ao decreto de 11 de junho de 1808, redigido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O decreto discriminava os portos brasileiros pelos quais se permitia a entrada de mercadorias estrangeiras, completando o ato de janeiro que havia aberto os portos ao comércio internacional.

As perseguições ao *Correio* sofreram mudanças durante toda sua existência e não foram as mesmas durante todo o tempo e nem em todos os lugares. Havia um certo entendimento por parte de D. João e Hipólito e as perseguições partiam em sua maioria dos subordinados do príncipe. Devido à censura imposta, o *Correio* sem dúvida refletiu os interesses da burguesia mais do que das camadas ou classe no Brasil.

A ausência de capitalismo e de burguesia impediram o progresso da imprensa no Brasil. A imprensa só se desenvolveu naqueles países cujo o capitalismo havia crescido. Com a abertura dos portos do Brasil, o número de impressos circulando clandestinamente só aumentou. Definiu-se então a fase proto-histórica da imprensa brasileira. Esta etapa se caracterizou pela necessidade de um jornal que informasse e que não fosse gratuito, prova de que o absolutismo estava em declínio.

Os versos de Sá de Miranda transcrevem a necessidade de mudar o quadro da imprensa brasileira: “*Falai em tudo verdades / A quem em tudo as deveis.* (SODRÉ, 1999, p. 29). Surgiu então o começo de um comprometimento com a objetividade. “*As notícias políticas sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendessem diretamente ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública.* (SODRÉ, 1999, p. 29).

Apesar desta busca pela liberdade de expressão, as autoridades lisboetas continuaram a censurar todo o material impresso, mas agora com uma certa moderação. As autoridades impuseram ao Desembargo do Paço urgência nos despachos da censura porque era “*indispensável nas atuais circunstâncias franquear-se a imprensa, para que se facilite a leitura de papéis que possam dirigir a*

opinião pública". (SODRÉ, 1999, p. 40). O termo "dirigir" era sugestivo devido ao sentido duplo. O decreto de 2 de março de 1821 colocou a questão sob duas perspectivas " o embaraço que a prévia censura opunha à propagação da verdade" e " os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer à religião, à moral ou à pública tranqüilidade". (SODRÉ, 1999, p. 41).

De acordo com esta imposição estavam estabelecidas proibições sobre escritos contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, o rei, a tranqüilidade, em resumo, contra tudo. As Cortes de Lisboa entretanto decidiram proclamar a liberdade de imprensa da época e segundo este manifesto,

A livre comunicação do pensamento é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar. (SODRÉ, 1999, p. 41).

O discurso era exemplar, porém medíocre. A imprensa continuou a ser censurada e submetida ao procurador da Coroa, que pretendia manter a estrutura colonial. A classe dominante queria mostrar que desejava evitar a Independência nos limites da preservação dos seus interesses.

Para compreender o papel da imprensa no período que antecede ao ano da Independência, 1822, é preciso entender as condições políticas da época. A separação entre Portugal e Brasil foi fruto de um processo demorado onde as condições políticas evoluíram, os personagens mudaram e surgiram vários problemas. O rompimento do monopólio era essencial para luta contra o colonialismo em um país onde a contradição provinha entre a classe de senhores de terras e de escravos.

As mudanças do período da Independência levaram a uma queda no seu desenvolvimento e conseqüentemente não havia perspectiva alguma para a imprensa brasileira. Condições materiais até que existiam, mas não havia condições políticas. A ameaça de regresso ao regime de monopólio e o problema que une as classes volta a ser questionado com o retorno da Corte a Portugal. Com um avanço transitório na colônia, surgiu uma ameaça a situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira. A conquista que parecia simples ficou em perigo.

O perigo une e para unir é preciso mobilizar. Para mobilizar é preciso despertar a opinião. Para despertar a opinião, é preciso imprensa. Ela tem, então a sua primeira fase autêntica, entre nós, quando os episódios vividos entre o retorno da Corte joanina a Portugal e a mudança do príncipe regente D. Pedro marca a evolução dos acontecimentos. (SODRÉ, 1999, p. 45).

A separação entre a colônia e a metrópole gerou dois problemas: o da Independência e o da liberdade e este resultado caracterizou a complexidade da fase política, mostrou enganos individuais, explicou determinadas mudanças de posição nas figuras mais destacadas e refletiu de imediato na imprensa. O movimento de 1820, ou seja, a revolução portuguesa, permitiu conseqüências favoráveis à imprensa brasileira. O período da Independência fluiu e encontrou na imprensa uma fortaleza e um impulso. A distorção que ocorre na imprensa é a da questão política, quando os dois problemas se confundem, o da liberdade e o da Independência.

No dia 1º de junho de 1821 surgiu na Corte da capital o *Diário do Rio de Janeiro*, redigido e fundado pelo português Zeferino Vito de Meireles, que se destacou na Imprensa Régia como operário e vice-administrador. O *Diário* foi o primeiro jornal informativo a circular no Brasil e nele havia informações das mais variadas perspectivas. Ele possibilitou ao leitor informações particulares e anúncios que mostravam furtos, assassinatos, demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios; estes tratavam de escravos fugidos, leilões compras, vendas, achados e alugueis. O jornal tinha todas as características de um veículo de informação, mas do ponto de vista político, em nada havia alterado o quadro.

A imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida e com a direita em ascensão foi caracterizada por uma imprensa que lutava pela liberdade, mas assim como no período anterior às cortes, seria perseguida e dependente do poder. O aparecimento de numerosos periódicos nesta época, criaram um tensão política e eles basicamente constituíram todo o jornalismo da época.

Em 1829 a imprensa passou a ser panfletária e atrevida. Ela desafiava o governo e obteve uma ascensão expressiva na sociedade. O pasquim contribuiu para este aumento de adeptos da leitura e até o final da primeira metade do século XIX, foi numeroso o aparecimento de jornais no Brasil.

Nos períodos de tolerância ou de liberdade, atingiu a grandes violências de linguagem e as polêmicas, refletindo o ardor apaixonado das facções em divergência, chegavam a excessos, a ataques pessoais, a insinuações maldosas. (SODRÉ, 1999, p. 84).

O pasquim era um jornal de um só assunto e raramente publicava o nome do redator. O pequeno jornal com uma mera folha volante disponibilizava em média um artigo que geralmente apreciava uma pessoa, um tema ou um acontecimento. O anonimato marcante do jornal era muitas vezes disfarçado por meio de pseudônimos. A invasão de privacidade, a difamação, a linguagem pejorativa e as críticas à conduta das pessoas eram algumas das características do pasquim, que desapareceu nos fins da primeira metade do século XIX.

Segundo o estudioso Sílvio Romero, *“No Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores”.* (SODRÉ, 1999, p. 184).

A partir do início da segunda metade do século XIX, período que antecede a Guerra de Canudos, o Império adquiriu uma estrutura articulada e firme, além de conquistar aspectos duradouros. *O Jornal do Comércio*, citado neste trabalho por ter enviado o correspondente Manoel Benício à guerra, afirmou-se nesta época como intenso e eficaz tanto no terreno político quanto no literário e artístico. Ele não é partidário, mas pesa as questões das instituições e ainda é conservador.

Com o fim da guerra do Paraguai, a inquietação no país se agravou. A estagnação da política imperial e a sociedade ainda ligada às velhas contradições, gerou no brasileiro uma pressa por mudanças e uma reforma urgente. A imprensa tinha que acompanhar este processo, discutindo as reformas, acolhendo a inquietação generalizada e ainda tinha que influir em seu andamento. Era a

República. O luxo das gravuras, as técnicas mais avançadas e a apresentação gráfica mais aprimorada não eram suficientes, o conteúdo exigia modificações.

O desenvolvimento da imprensa não foi alterado pela mudança do regime. Os jornais de maior destaque permaneceram os mesmos, porém os mais prestigiados eram os republicanos e os mais polêmicos, os monarquistas. Esta nova etapa da imprensa brasileira sofreu inovações que levaram ao tema deste trabalho. A mudança na imprensa mais importante para esta pesquisa foi a amplitude dos correspondentes. O *Jornal do Brasil* destacou em seu editorial que havia necessidade de “fazer opinião, pesar, influir, embora esclarecesse que o jornal não é político, nem faz política, tomando o vocábulo na acepção que o uso, entre nós lhe atribuiu”. . (SODRÉ, 1999, p. 257).

As lutas políticas no Brasil se agravaram com a implantação da República. Os fazendeiros de café eram contra a monarquia e lutavam para uma República de fachada, uma Monarquia sem sucessão hereditária, sem um rei. Eles queriam na verdade uma continuação do passado para terem pleno domínio do aparelho de Estado.

Quando a República foi finalmente instalada, surgiram aqueles que lutavam devido a situação antagônica da escravidão, que apesar de ter sido extinta, ainda era uma realidade. O meio social segundo Marx é que determina as mudanças nas decisões do indivíduo e era exatamente o que estava acontecendo no Brasil com a transição de governo e poder.

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. (MARX, 1983, p. 233)

Os republicanos acabaram se dividindo e o divisor responsável foi o governo de Floriano Peixoto. A imprensa destacou claramente esta situação onde o

florianismo empolgou parte dos militares e parte dos intelectuais. A classe média era precoce, peça principal das lutas políticas do país.

A imprensa por sua vez apresentava novas mudanças no fim do século XIX, deixando de ser artesanal e passando a ser industrial. Pouco a pouco suas características e padrões passaram a ser burguesas. A eleição de Prudente de Morais para presidência foi outro fator que teve destaque na imprensa.

A exaltação da política da época está integralmente retratada na imprensa. Até em livros, sem falar naqueles que os monarquistas exilados escreveram lá fora, criticando acerbamente o novo regime e suas figuras mais destacadas". (SODRÉ, 1999, p. 263).

A Guerra de Canudos aconteceu em meio a este período frágil do governo republicano. *"Ao chegarem da Bahia, confusas notícias do levante sertanejo de Canudos, a que se atribuíam intenções de restabelecimento da monarquia, os ânimos se inflamaram, os republicanos viam traições por toda parte. (SODRÉ, 1999, p. 269).*

A imprensa veiculou diariamente a hipótese de uma conjura monarquista atuando nos sertões da Bahia. Eram os seguidores de Antônio Conselheiro que provocaram medo e ameaça aos republicanos. O clima de tensão aumentou drasticamente entre todas as esferas da sociedade. O jornal o *Estado de São Paulo* foi o primeiro a enviar um correspondente para cobertura jornalística da Guerra de Canudos e foi assim que surgiu no Brasil a profissão de correspondente de guerra.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa sobre a cobertura jornalística na Guerra de Canudos teve início há três anos com o Professor Lunde Braghini que reunia aos sábados um grupo de alunos interessados em estudar a guerra e seus contextos históricos, sociais, e políticos. Em 2002 participei do Simpósio Internacional “*Os Sertões, Permanência e Rasuras*”. O evento foi entre os dias 2 e 7 de dezembro na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e claro, na atual cidade de Canudos. Foi uma experiência fascinante e inesquecível. Viver e conhecer o local próximo a guerra, onde milhares de pessoas morreram cruelmente aumentou o meu interesse pela Guerra de Canudos e seus desdobramentos. O mais emocionante em nova Canudos era o clima, o povo, os sertanejos, o Memorial construído em homenagem à história da guerra, enfim, tudo era mágico naquele lugar.

O tema do Simpósio era o centenário da obra “*Os Sertões*” de Euclides da Cunha. Discutiu-se bastante os desdobramentos do livro. De um lado estavam os historiadores defendendo sua posição e de outro estavam os literários. Historiadores defendiam a idéia de que “*Os Sertões*” servia apenas como estudo histórico da época e o outro lado literários defendiam que a obra não passava de literatura.

METODOLOGIA

Os livros adotados nesta pesquisa foram em sua maioria adquiridos em Salvador, durante os primeiros dias do Simpósio. *O Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, coordenado pelo jornalista Lelis Piedade talvez seja uma das obras mais importantes sobre a guerra devido ao seu aprofundamento e informações sobre os mortos, sobreviventes, soldados e trechos do próprio correspondente enviado a Canudos.

O livro *No Calor da Hora*, de Walnice Nogueira Galvão também foi uma obra indispensável para conclusão deste trabalho. A autora reúne séries de reportagens feitas no local da guerra pelos correspondentes. A análise de discurso dos correspondentes foi toda construída com base nas publicações dos jornais da época.

O estudante de medicina Alvim Martins Horcades colaborou com reportagens para o Diário de Notícias e posteriormente publicou o livro *Descrição de uma Viagem a Canudos*. Horcades fez muitas denúncias às atrocidades cometidas durante a Guerra de Canudos, além de relatar a censura que sofreram os correspondentes enviados para cobertura jornalística dos acontecimentos.

Nelson Werneck Sodré escreveu a *História da Imprensa no Brasil*, obra indispensável para formação de todos estudantes de comunicação. O livro retrata toda trajetória da história da imprensa no Brasil e foi adotado nesta pesquisa para aprofundamento teórico do tema.

Além desta bibliografia, o site www.portfolium.com.br, adotado por muitos estudiosos da Guerra de Canudos, foi extremamente importante para esta pesquisa devido ao seu caráter rico em informações. O site é considerado o maior acervo virtual sobre a história de Canudos e cita trabalhos, livros, fotografias, artigos, além de outras pesquisas relacionadas ao tema.

A escolha dos correspondentes citados nesta pesquisa foi feita após muita leitura e descobertas. Manoel Benício, enviado pelo *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro tentou durante toda sua cobertura jornalística denunciar a estratégia de

guerra adotada na quarta expedição e foi muitas vezes censurado por criticar e abordar temas despercebidos aos olhos dos demais correspondentes. Benício descreveu os jagunços com linguagens menos pejorativa do que seu companheiro Lelis Piedade, ou ao menos fez com menos assiduidade. Os relatos de Benício mostram uma preocupação maior com as denúncias das estratégias e dos erros cometidos pelo General Artur Oscar ao invés de culpar a todo momento os jagunços e Antônio Conselheiro (líder do povo de Canudos), pela guerra.

Lelis Piedade fez um trabalho exemplar junto ao Comitê Patriótico da Bahia que teve como objetivo receber soldados feridos, mas ao presenciar em Canudos durante a quarta expedição todas as atrocidades cometidas por oficiais, soldados, comerciantes e latifundiários contra os sobreviventes, o comitê iniciou um trabalho de amparo *“às crianças e mulheres sertanejas que eram distribuídas a torto e a direito, chagando-se até a separação de irmãos e de mães e filhos”*. (PIEIDADE, 2002, prefácio). Foi devido a este trabalho social de extrema relevância com as vítimas de Canudos que foi feita esta escolha pela análise das correspondências de Lelis Piedade.

A análise de discurso foi adotada como linha de pesquisa neste trabalho, além de um aprofundamento histórico da imprensa. Este estudo mostra todos os desdobramentos da época e as influências históricas sob a produção das matérias. Esta pesquisa é o ponto mais importante porque ele explica o comportamento da imprensa da época. Trechos das correspondências enviadas por Manoel Benício e Lelis Piedade aos jornais da época foram selecionados para o estudo. A análise de conteúdo foi utilizada apenas para o leitor ter uma visão formal dos acontecimentos da época. São informações essenciais que não poderiam deixar de serem citadas neste projeto para chegar ao objeto final do tema que é o discurso ideológico dos correspondentes. A análise de conteúdo foi importante para despertar a representação da imprensa da época durante a Guerra de Canudos.

A análise de conteúdo procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? A análise de discurso não trata a linguagem como transparente e não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado, mas procura identificar os significados do texto. A pergunta a ser respondida não é “o que”, mas “como”. (ORLANDI, 2001, p. 17).

“O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando”. (ORLANDI, 2001, p. 15).

Esta análise permite que a linguagem atue como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Esta mediação é o discurso que *“ torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”*. A análise de discurso permite uma compreensão da língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2001, p.15).

O discurso de Lelis Piedade e Manuel Benício foram baseados em ideologias e subjetividade, além de influências políticas do governo republicano da época. A linguagem usada comprova o preconceito com o povo sertanejo. *“O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos para os sujeitos”*. (ORLANDI, 2001, p. 17).

CONTEXTO HISTÓRICO

A Guerra de Canudos acontece um momento em que se formava no Brasil o Estado Burguês. A implantação da República passava por dificuldades de afirmação devido à crise econômica, política e histórica que o Brasil enfrentava. Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinava a lei Áurea pela libertação dos escravos no Brasil e em 1883 surgia no país debates em torno da doutrina soldado-cidadão, que estabelecia a participação dos oficiais nas questões políticas e sociais do país. Em seguida a essas mudanças históricas, ocorre no dia 15 de novembro de 1889 o golpe militar republicano².

Em 1891 foi aprovada uma nova constituição, tornando o Brasil uma república federativa e presidencialista no modelo norte-americano. Nesta mesma época ocorre a separação entre Estado e Igreja, além da crise econômica que o país enfrentava. A implementação da República ficou mais difícil com a crise inflacionária causada pelo Encilhamento, quando Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, permitiu um aumento de 75% na emissão de papel-moeda nacional. O novo regime sofre um desgaste devido às especulações e multiplicação em massa de novas empresas³.

O Rio Grande do Sul sofreu em 1893 a Revolução Federalista, onde uma parcela da sociedade lutou contra o governo de Júlio Castilhos e seus ideais federalistas. O choque de ideais resultou em uma expressiva guerra civil e no mesmo ano estoura a revolta da Armada que expandiu-se ao sul do país e bloqueou a costa catarinense; o porto de Desterro (hoje Florianópolis). Em 1894 os confrontos no Sul terminam com a morte de Gumercindo Saraiva na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. A guerra resultou na morte de 12 mil pessoas e uma grande parcela havia sido vítima de degolas, posteriormente adotada na Guerra de Canudos e conhecida como *garganta vermelha*. Em 1895 o presidente Prudente de Moraes estabeleceu a pacificação, assinada no mesmo ano.

² VILLA, Marco Antonio. **Canudos O Campo em Chamas**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1992. p. 7

³ (<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/canudos.htm>, acessado no dia 25/04/005).

O jornal era o meio de comunicação mais eficaz no século XIX. Nele eram publicadas cartas anônimas, ou declarações assinadas com acusações graves sobre a vida particular das pessoas. Os jornalistas eram alvos de atentados devido às publicações de denúncia e a ausência de fotografias era o traço mais marcante na aparência dos jornais da época e o formato era de o mesmo para todos veículos. Normalmente eram oito colunas estreitas que obrigavam o leitor de um artigo mais longo a iniciar a leitura pelo topo.

Apesar da ausência de fotografias, a leitura dos jornais era fascinante devido ao conteúdo variado e rico em obras literárias. As publicações de contos, poemas e crônicas eram regularmente escritas por grandes nomes da criação literária; Machados de Assis, José de Alencar e Olavo Bilac. O jornalismo ainda estava no processo de desenvolvimento e por isso utilizava uma linguagem ainda incorreta e sem revisão.

1 - A GUERRA

A Guerra de Canudos teve início no dia 21 de novembro de 1896, durou cerca de um ano e chegou a mobilizar mais de 12 mil soldados de 17 estados brasileiros. Foi preciso enviar 4 expedições para destruição total de Canudos, localizada no interior da Bahia. A guerra resultou na morte de mais de 25 mil pessoas, entre elas, crianças e mulheres, que lutaram ao lado dos sertanejos. O motivo que levou ao massacre de milhares de brasileiros foi incompreensível. Antônio Conselheiro havia encomendado madeira para a Igreja Nova em construção e apesar do pagamento antecipado do material, ela não foi entregue no prazo determinado. A madeira havia sido encomendada de Juazeiro (BA) e o juiz do local, Arlindo Leone tinha divergências pessoais com o beato Conselheiro e decidiu espalhar a todos o boato de que a cidade corria sérios riscos de ser invadida pelos conselheiristas. Parte dos moradores de Juazeiro decidiu atravessar a ponte do Rio São Francisco e esconder-se em Petrolina, cidade vizinha. O juiz Arlindo solicitou tropas policiais e foi atendido pelo Governador da Bahia, Luís Viana⁴.

1ª Expedição a Canudos

Luís Viana enviou ao interior da Bahia 113 soldados do 9º Batalhão de Infantaria, três oficiais, dois médicos e dois guias. A expedição era comandada pelo tenente Manoel da Silva Pires Ferreira e foi junto do juiz Arlindo Leone ao encontro dos sertanejos. Após percorrer 192 quilômetros e não encontrá-los os soldados acamparam em Uauá, cerca de 114 quilômetros de Canudos. No dia 21 de novembro, os militares foram atacados de surpresa pelos conselheiristas que usavam facões, foices, machados e alguns fuzis⁵.

⁴ (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, acessado dia 25/04/2005)

⁵ (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, acessado dia 25/04/2005)

**“Não pareciam guerreiros
Símbolos da paz portavam,
A bandeira do Divino
E ao som de Kyries marchavam,
Levando uma grande cruz,
De longe se anunciavam.⁶”**

Estabelecia-se, sangrento, o 1º fogo previsto pelo Conselheiro, e a pacata Uauá transformava-se em violento território de combate. O próprio Tenente Pires Ferreira descreve o ataque destacando a "incrível ferocidade" dos assaltantes e a forma pouco convencional como organizavam suas manobras, isto é, usando apitos. A celeridade e a rapidez com que a luta se deu propiciou vantagem inicial aos conselheiristas. Adentraram ao arraial onde ocuparam algumas casas. A lógica, entretanto, prevaleceu. Armados e municiados com equipamentos mais modernos e letais, os soldados do 9º Batalhão de Infantaria impuseram pesadas baixas as forças belomontenses. A crueza do combate foi inegável, sendo que o uso de armas como "facões de folha-larga, chuços de vaqueiro, ferrões ou guiadas de três metros de comprimentos, foices, varapaus e forquilhas, sob o comando de Quinquim Coiam" utilizados em lutas de corpo a corpo produziam cenas dantescas. Foram entre 4 e 5 horas de pânico, sangue, horror e gestos de bravura e pânico. Contabilizadas as baixas de ambas facções, os números determinava a vitória militar das tropas governamentais. No relatório oficial, Pires Ferreira informa que pereceram na batalha, dentre as hostes conselheiristas "cento e cinquenta, fora os feridos. (Neto, 1997, revista).

A derrota da 1ª expedição surpreendeu o governo republicano e aumentou o prestígio do Conselheiro, que acabou conquistando mais adeptos e fiéis. O governador Luís Viana, com ajuda do Exército organizou uma segunda expedição a Canudos.

2ª Expedição

A segunda expedição foi formada por 500 soldados, 11 oficiais, 3 canhões *Krupp*, 3 metralhadoras, 170 mil cartuchos, sob o comando do major Febrônio de Brito. Ele foi autorizado a gastar o que fosse necessário para destruição total dos sertanejos. A expedição partiu de Salvador no dia 25 de novembro e se estabelece em Monte Santo, cidade mais próxima de Canudos. O primeiro combate a Canudos ocorreu no dia 18 de janeiro de 1897. Ao atravessar a Serra do Cambaio, os soldados foram surpreendidos por uma emboscada, que resultou em mais de 5

horas de luta. Os militares finalmente derrotaram os sertanejos e seguiram em direção à cidade de Canudos. A expedição avançou, mas cansada acabou acampando à beira da Lagoa do Cipó, onde na manhã seguinte sofreu novo ataque dos sertanejos.

No final do combate, inúmeros corpos estavam estendidos no chão, a maioria de conselheiristas. A lagoa tinha mudado de cor e de nome, passou a se chamar Lagoa do Sangue. A expedição não teve mais condições de prosseguir no seu objetivo de atacar Canudos. Estava arrasada e foi obrigada a um recuo lento e penoso, trazendo consigo um saldo de 10 soldados mortos e 70 feridos⁷.

A *Gazeta de Notícias* publicou no dia 31 de janeiro a seguinte reivindicação de Machado de Assis, um dos poucos a chamar atenção da sociedade para o que acontecia em Canudos.

Protesto contra a perseguição que se está fazendo a Antônio Conselheiro (...) Diz-se que tem consigo milhares de fanáticos (...) Se na última batalha é certo haverem morrido novecentos deles e o resto não se despega de tal apóstolo, é que algum vínculo moral e fortíssimo os prende até a morte. Que vínculo é esse? (...) Depois, se há crentes verdadeiros, é que acreditam em alguma coisa (...) Não trato, porém, de conselheirismo, e por causa dele é que protesto e torno a protestar contra a perseguição que se está fazendo à seita (...) Enfim, deve exercer fascinação grande para incutir a sua doutrina em uns e a esperança da riqueza em outros. (VILLA, 1992, p. 49)

**Canudos sobrevive em cada um de nós
que lembra e venera nossos guerreiros
e guerreiras que tombaram pelo mais belo
dos desejos: liberdade.
– Maria Helena Zamora**

3ª Expedição

A III expedição foi organizada pelo coronel Antônio Moreira César, famoso pelo uso intenso da violência para conter a Revolução Federalista no Sul do país. A equipe estava equipada com mais de 1.300 soldados, seis canhões Krupp e 15 milhões de cartuchos. Ao chegar em Queimadas, cidade próxima a Canudos,

⁶ GUILHERME, PORTFOLIUM

Moreira César envia um telegrama ao governador da Bahia: “*Só temo que o fanático Antônio Conselheiro não nos espere*”. (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, acessado dia 25/04/2005).

No dia 3 de março a 3ª expedição avistou Canudos e artilharia entrou em cena, numa batalha sangrenta de canhões e tiros. A cavalaria também foi presente, mas devido à geografia do sertão, os cavalos acabaram sendo vítimas da emboscada. No final da tarde Moreira César foi atingido por dois tiros. A força militar havia sido derrotada. No dia seguinte o comandante morreu e a expedição voltou fracassada com um saldo de 116 mortos, inclusive 13 oficiais e 120 feridos.

A decepção da terceira gerou um clima de fervor no Rio de Janeiro, onde monarquistas eram acusados de apoiarem o Conselheiro com envio de armas, munições e até oficiais estrangeiros para ajudar os sertanejos.

4ª Expedição

No dia 05 de abril de 1897 foi publicada na Ordem do Dia a criação da IV Expedição Militar contra Canudos. A derrota da III expedição provocou rebeldia e indignação na sociedade. Antônio Conselheiro era temido e encarado como uma séria ameaça ao governo republicano. A IV expedição foi formada por tropas de 17 estados brasileiros, equipadas com os armamentos mais modernos da época. Havia seis Brigadas, divididas em duas colunas que atacaram Canudos por caminhos opostos.

Nomeado pelo presidente, o general Artur Oscar de Andrade Guimarães ficou encarregado da última expedição. Após a escolha do comandante, Prudente de Moraes declarou:

⁷ (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, acessado dia 25/04/2005)

(...) a causa da legalidade e da civilização, em breve, vencerá a ignorância e o banditismo. Canudos vai ser atacado em condições de não ser possível novo insucesso; dentro em pouco a divisão do Exército, ao mando do general Artur Oscar, destroçará os que ali estão envergonhando a civilização. (VILLA, 1994, p. 51).

A necessidade de organizar uma quarta expedição foi uma surpresa para sociedade da época. O Exército e a opinião pública não admitiam que sertanejos mal armados e sem formação militar haviam derrotado três expedições. As estratégias militares dos conselheiristas era caracterizada pela ênfase defensiva, além do conhecimento da geografia da região que permitia várias armadilhas. A construção de trincheiras, conhecidas como “valados” facilitava o desempenho dos sertanejos e servia como armadilha para cavalos ou até mesmo soldados. Os sertanejos cobriam o corpo com ramos e cipós para não serem reconhecidos em meio a caatinga. Estas estratégias de combate permitiram a vitória dos jagunços por três vezes.

O efetivo militar do General Artur Oscar era composto de seis Brigadas, divididas em duas colunas de 3.415 homens, 180 mulheres, 12 canhões Krupp e 1 canhão Withworth 32. O 5º Corpo de Polícia da Bahia seguiu na retaguarda protegendo 750 mil quilos de mantimentos e munições. A segunda coluna estava sob o comando do Gal. Cláudio Saveget e partiu de Sergipe com tropas isoladas com 2.340 homens, 512 mulheres e 74 crianças. Após três meses de preparação, Artur Oscar programa para o dia 27 de junho de 1897 o início dos ataques a Canudos⁸.

O acadêmico de Medicina Alvim Martins Horcades descreveu a situação em Canudos.

Jamais pensei que tão terrível tempestade desabasse sobre a nossa patria, irrigando o seu sólo, não de água, que era o mais preciso para dar vividez áquellas regiões, afim de diminuir o depauperamento da seivado vegetal alli existente, mas do sangue puro e carmesim de centenares de seus filhos, que mais tarde poderiam ser defensores leaes e honestos della, como foram de uma sua parcella e que um ardor fremente se apoderasse do seu cerebro, para defender uma ideia com tanta abnegação e com tanta bravura como aquellas com que lá se houveram. (HORCADES, 1996, p. 101)

⁸ Dados extraídos do site <http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, dia 25/04/2005.

Horcades enviou ao *Diário de Notícias* várias reportagens que denunciavam o que acontecia em Canudos. O estudante de medicina e farmácia publicou o livro *Descrição de uma Viagem a Canudos* que reúne todos os seus relatos e pensamentos sobre o evento. A obra de Horcades foi publicada anos após a guerra e ele não hesitou em descrever o que viu em Canudos e nem se preocupou com a censura nem com punições.

(...) E quem o responsável por estas atrocidades? (...) Mas eu posso asseverar com toda convicção que são filhas legítimas do commandante da quarta expedição.....Se não quizessem que eu dissesse isto arrancassem lá também a minha cabeça quando prometti fazel-o. (HORCADES, 1996, p. 108)

A quarta expedição ganhou uma dimensão expressiva da imprensa. Oito jornais enviaram correspondentes para cobrirem a guerra e todos publicaram a dificuldade de vencer um combate que durava quase um ano. As perdas militares foram numerosas, mas no dia 05 de outubro de 1897 os conselheiristas se renderam. Estima-se que mais de 25 mil sertanejos morreram na maior guerra de guerrilhas que o Brasil já viveu⁹.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados¹⁰.

No dia 06 de outubro o General Comandante Artur Oscar publicou a Ordem do dia nº 145:

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a Campanha de Canudos. Desde ontem que os batalhões das forças expedicionárias passeiam suas bandeiras sobre as ruínas da cidadela, com a consciência de bem haverem cumprido o dever!. (<http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, acessado dia 25/04/2005).

⁹ Dados extraídos do site <http://www.portfolium.com.br/guerra.htm>, dia 25/04/2005.

CANUDOS

***Sob o fogo da lembrança ainda arde
entre montes soberbos e alinhados
esqueletos de guerreiros e soldados
devorados pela morte fria como a tarde
Era outubro no país que descobria
nos escombros de casebres sertanejos
que a cidade encoberta por lampejos
crepitava sob as chamas da utopia
Não morriam os guerreiros adormecidos
no silêncio ainda verberava a ira santa
era a História exumando os esquecidos
Ainda sangra sob o açude majestoso
sob a aurora nosso povo luta e canta
na memória os algozes estão vencidos***
– Euclides da Cunha

2 – ANTÔNIO CONSELHEIRO

Antônio Vicente Mendes Maciel foi uma personalidade de destaque na Guerra de Canudos, afinal tudo começou com a ameaça que seu poder sob o povoado de Canudos gerou no governo republicano. Este trabalho não poderia deixar de citar esta peça fundamental e digna de muito estudo. Conselheiro nasceu em Quixeramobim, Ceará. Foi peregrino no sertão durante 20 anos, caixeiro, dono de armazém, professor, consultor de igrejas e capelas, fundador e líder do povoado de Canudos. Era considerado um inimigo do governo republicano e era encarado como uma ameaça pelo o mesmo. Conselheiro não era padre, jamais oficiou uma missa e sua ação religiosa era restrita às orações que aconteciam todo final de tarde onde se reuniam principalmente as mulheres.

Em Canudos, não havia circulação de dinheiro e a economia se limitava a criação de gado, especializando-se no comércio de couros e peles de bode e carneiro. Parte da exportação era enviada a Juazeiro (BA). Comerciantes de cidades próximas constantemente acusavam o povoado de Canudos de corrupção, principalmente de sonegação de impostos às autoridades estaduais.

(...)

Naquela terra eles plantam

Mandioca, milho e feijão

Criam carneiros e bodes

Que agüentam o sol do sertão

Trabalhando, a comunidade

Reparte em igualdade

A safra do mutirão

(...) ¹¹

Em dezembro de 1896, Machado de Assis descreveu Conselheiro como “o *homem do dia*” – produto de uma conjuntura histórica em que estava se definindo os contornos do Estado burguês no Brasil. O povoado de Canudos e a estrutura política da região ameaçavam os interesses republicanos.

A pequena cidade no interior da Bahia havia se transformado em uma comunidade que definia seus próprios valores sociais e econômicos, opostos aos

¹¹ ANTÔNIO, ZÉ, “O Guerreiro de Belo Monte contra Prudente Matadeira”, 2ª edição: Aracaju, 1993, p 26.

vigentes no sertão. A história comprova que toda comunidade que buscou e lutou pela singularidade no campo social, econômico, cultural ou religioso, acabou sendo destruída. A imprensa publicava que os sertanejos eram um “*bando fanático a favor da monarquia*”. Mas, ainda em 1897, os próprios militares reconheceram que os conselheiristas não tinham nenhuma ligação com os monarquistas. “*Assim, o Estado brasileiro foi sendo erguido sobre os escombros das revoltas e dos movimentos populares. Desde cedo mostrou a sua fase autoritária, antidemocrática e impopular*”. (VILLA, 1992, p. 76)

Entre as publicações sobre a Guerra de Canudos foi transcrito um Credo sobre Antônio Conselheiro no dia 22 de setembro de 1897. Não há provas de autenticidade nem de responsável. É muito interessante como a reprodução foi feita em cima do credo da Igreja Católica. Abaixo do credo segue um poema sobre o personagem.

Credo de Antônio Conselheiro

Creio no Dr. Pedro segundo, ex-imperador e defensor perpétuo do Brasil, criador da constituição monárquica do Império, do Exército e da Armada que o depuseram; creio na Princesa D. Isabel que é a sua filha e legítima herdeira da coroa, que casou-se com o Sr. Conde d'Eu, que nasceu no Rio de Janeiro e foi dali banida com seu velho pai, padecendo este e todos seus (sic) sob o poder da malvada República, representada pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca; que o velho monarca morreu apaixonado na Europa, onde foi sepultado, por ser obrigado a abandonar o Brasil e seus caros filhos, descendo o país ao pântano da miséria, donde ressurgirá em breve com a restauração da Monarquia, subindo ao trono a aludida princesa, onde permanecerá assentada à mão direita de seu marido, que se tornará poderoso e donde há de vir a julgar todas as obras daqueles hereges e conspiradores republicanos que tanto concorreram para a perdição do país; creio na coragem e fidelidade dos meus jagunços, na sua ressurreição, na vitória alcançada por João Abade e Macambira, na restauração da Monarquia e na vida eterna dos meus sonhos. Amém. “(GALVÃO, 1994, p. 47).

ANTÔNIO CONSELHEIRO

*Cada um na vida tem
 O direito de julgar
 Como tenho o meu também
 Com razão quero falar
 Nestes meus versos singelos
 Mas de sentimentos belos
 Sobre um grande brasileiro
 Cearense meu conterrâneo,
 Líder sensato espontâneo,
 Nosso Antônio Conselheiro.
 Este cearense nasceu
 Lá em Quixeramobim,
 Se eu sei como ele viveu
 Sei como foi o seu fim,
 Quando em Canudos chegou
 Com amor organizou
 Um ambiente comum
 Sem enredos nem engodos,
 Ali era um por todos
 E eram todos por um.
 Não pode ser justiceiro
 E nem verdadeiro é
 O que diz que o Conselheiro
 Enganava a boa fé,
 O Conselheiro queria
 Acabar com a anarquia
 Do grande contra o pequeno,
 Pregava no seu sermão
 Aquela mesma missão
 Que pregava o Nazareno.
 Seguindo um caminho novo
 Mostrando a lei da verdade
 Incutia entre o seu povo
 Amor e fraternidade,
 Em favor do bem comum
 Ajudava a cada um,
 Foi trabalhador e ordeiro
 Derramando o seu suor,
 Foi ele o líder maior
 Do nordeste brasileiro.
 Sem haver contrariedades
 Explicava muito bem
 Aquelas mesmas verdades
 Que o santo Evangelho tem,
 Pregava em sua missão
 Contra a feia exploração
 E assim, evangelizando,
 Com um progresso estupendo
 Canudos ia crescendo
 E a notícia se espalhando.
 O pobrezinho agregado
 E o explorado parceiro
 Cada qual ia apressado
 Recorrer ao Conselheiro
 E o líder recebia*

*Muita gente todo dia,
 Assim fazendo seus planos
 Na luta não fracassava
 Porque sabia que estava*

**Com os direitos humanos.
 Mediante a sua instrução
 Naquela sociedade
 Reinava paz e união
 Dentro do grau de igualdade,
 Com a palavra de Deus
 Ele conduzia os seus,
 Era um movimento humano
 De feição socialista,
 Pois não era monarquista
 Nem era republicano.
 Desta forma na Bahia
 Crescia a comunidade
 E ao mesmo tempo crescia
 Uma bonita cidade,
 Já Antônio Conselheiro
 Sonhava com o luzeiro
 Da aurora de nova vida,
 Era qual outro Moisés
 Conduzindo sus fiéis
 Para a terra prometida.
 E assim bem acompanhado
 Os planos a resolver
 Foi mais tarde censurado
 Pelos donos do poder,
 O tacharam de fanático
 E um caso triste e dramático
 Se deu naquele local,
 O poder se revoltou
 E canudos terminou
 Numa guerra social.
 Da catástrofe sem par
 O Brasil já esta ciente,
 Não é preciso eu contar
 Pormenorizadamente
 Tudo quanto aconteceu,
 O que Canudos sofreu
 Nós guardamos na memória
 Aquela grande chacina,
 A grande carnificina
 Que entristece a nossa história.
 Quem andar pela Bahia
 Chegando ao dito local
 Onde aconteceu um dia
 O drama triste e fatal,
 Parece ouvir os gemidos
 Entre os roucos estampidos
 E em benefício dos seus
 No momento derradeiro
 O nosso herói brasileiro
 Pedindo justiça a Deus ¹²**

¹² ASSARÉ, Patativa. "Ispinho e Fulô", 1ª edição: Fortaleza, SCTD/Imprensa Oficial do Ceará, 1988. Antônio Gonçalves da Silva, o célebre Patativa do Assaré, nasceu a 5 de março de 1909 na Serra de Santana, (Assaré – CE). É Autor de *Inspiração Nordestina* (1956), *Cantos de Patativa* (1966), e *Patativa do Assaré* (1970).

3 – JAGUNÇO

O jagunço foi o personagem protagonista na história da Guerra de Canudos devido à presença marcante nos relatos de todos os correspondentes enviados a guerra. Lelis e Manoel usam em certos momentos termos pejorativos para descrever a figura do jagunço. Benício descreveu os jagunços como uma mistura de raças com traços marcados devido ao sofrimento. Ele não era chamado de capanga pelos jornalistas apesar de ser um termo bastante adotado no Nordeste e na Bahia para descrever “guerreiros” da região.

“Os tipos dos jagunços, em geral negros e mestiços fulos, são devidos à existência de privações e constantes riscos por que passam, como que mumificados, dando a lembra a figura esquelética de um feiticeiro selvagem”. (GALVÃO, 1994, p. 301).

“o jagunço não é um morador de favor e, por conseguinte, não se submete ao trabalho na propriedade rural. Eles atuam coletivamente e desafiam o sistema de poder local, assim como os seguidores de Antônio Conselheiro.”(FACÓ, 1991, p. 64).

Existe uma distinção clara entre capangas e jagunços. Rui Facó em seu estudo sobre a origem do cangaço já se conscientizava para importância dessa diferença. Segundo ele, pelo que tudo indica, o capanga surgiu primeiro. Para compreender estas diferenças é preciso retomar ao período colonial, ao período de exploração e ocupação do interior do país, em que os colonos, donos de sesmarias, e posteriormente, latifundiários, ao avançarem as ocupações do território, expulsaram indígenas e os negros dos quilombos para formarem suas fazendas. E, para defendê-las, bem como ao gado e a plantação dos ataques indígenas, os proprietários contrataram e armaram dezenas de homens. Contudo, a função destes logo deixou de ser apenas defensiva, pois os proprietários também os utilizaram para atacar as propriedades vizinhas. Esta é a origem do capanga, segundo Rui Facó: *“Aí está o capanga e sua sede – a grande propriedade territorial; o seu comando: o chefe local, o coronel fazendeiro ou o dono de garimpos”* (FACÓ, 1991, p. 64).

Em relação a origem social, não há distinção entre jagunços e capangas, pois ambos são pobres e tem os mesmos meios de sobrevivência.

Tratar o jagunço como herói ou como criminoso vulgar trata-se de um reducionismo, uma vez que sua conduta é orientada por uma lógica própria, como afirma Walnice Nogueira Galvão:

O Jagunço não é um criminoso vulgar. As noções de honra e de uma vingança, bem como o cunho coletivo de sua atuação, está inextricavelmente ligado à figura. O jagunço não é um assassino: ele é soldado numa guerra; o jagunço não mata: ele guerreia; o jagunço não rouba: ele saqueia e pilha. (GALVAO, 1986, p. 18).

O comportamento do jagunço respeita um certo código de honra. A punição ocorre quando esta conduta não é respeitada. Os jagunços são leais e lutam pela sobrevivência.

A COBERTURA JORNALÍSTICA NA GUERRA DE CANUDOS

A questão da objetividade e imparcialidade esteve ausente nos relatos de Lelis Piedade e Manoel Benício durante a cobertura jornalística da Guerra de Canudos. A regra da objetividade procura respeitar o princípio da verdade, da ética e comprometimento com a realidade. A profissão de jornalista deve comprometer-se com esta conduta porque todo profissional da área tem responsabilidades sob o que é transmitido à sociedade. A manipulação dos fatos influenciam na opinião pública e os meios de comunicação são armas poderosas neste jogo.

O repórter que procure sempre adotar uma posição de “homem de Marte”, vendo cada exemplo como novo, não perturbado por experiências prévias, juntando observações e passando-as adiante por interpretações. (MEYER, 1989, p. 82).

A Guerra de Canudos teve destaque nas principais capas dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia após a derrota da terceira expedição. A cobertura jornalística foi feita sem comprovação prévia das informações e os leitores acabavam reféns destas publicações.

(...) mais interessantes e ainda mais imagináveis – embora igualmente imaginosas – são as conspirações criadas pelos jornais, com toda cobertura jornalística possível, contando com repórteres que vão fazer investigações, com fontes de informação insuspeitas, porém secretas; os leitores são mantidos em suspenso ao longo de vários dias ou semanas, para ao fim não chegarem a saber qual a verdade, mesmo que tenham torcido para que os culpados sejam descobertos e punidos exemplarmente. (GALVÃO, 1994, p. 56).

“Canudos foi um eficaz apelo de vendas. (...) Os jornais, valendo-se das suas instalações gráficas e de seus informantes no local de ação, imprimem, põem à venda e anunciam mapas de Canudos”. (GALVÃO, 1994, p. 49).

Os jornais de Salvador utilizaram da publicidade para chamar atenção do leitor para a guerra. Os anúncios da primeira página destacavam notícias de Canudos, de modo que o leitor era obrigado a ler sobre o que se passava no interior da Bahia. É o que ocorre com este anúncio, publicado no dia 15 de junho de 1897:

“ A vitória da quarta expedição foi devida ao nome Moreira César posto nos chics chapéus de feltro, para homens, que tem loja Mateus, a 18\$000.” (GALVÃO, 1994, p. 51).

O material jornalístico da Guerra de Canudos também pôde contar com os relatos de pessoas diretamente envolvidas na guerra e “*em medida nada pequena para atmosfera de pânico e exalação que se desprende das páginas impressas*”. (GALVÃO, 1994, p. 67). O general Artur Oscar foi um exemplo típico com suas contribuições impressas para os jornais. No dia 10 de setembro de 1897 Oscar enviou aos jornais a seguinte mensagem a sua esposa:

Maria Helena – Recife – Continuamos o bombardeio. Canudos muito danificado. Inimigos todos os dias saindo perdendo posições. Tropas animadas. Dia 20 assaltamos. Todos bons. Muitos abraços. Mostra imprensa – Artur Oscar. (GALVÃO, 1994, p. 67).

Os jornais pediam aos militares que colaborassem com informações úteis para conhecimento da sociedade. Os veículos disputavam o privilégio de reproduzir esta ou aquela mensagem dos militares.

Já nos últimos dias da guerra, o próprio comandante supremo ainda escreve aos jornais, como já o fizera anteriormente. Esta carta, dirigida ao jornal República, mostra por exemplo, que o General Artur Oscar também acreditava – ou pelo o menos, afirmava que acreditava – que uma vasta conspiração monarquista era o segredo da resistência inquebrantável de Canudos. (GALVÃO, 1994, p. 67).

A mídia internacional também noticiou o que acontecia no Brasil do século XIX. Jornalistas brasileiros no exterior noticiavam por meio do serviço telegráfico internacional, as últimas novidades do país em que se empenhavam três continentes em apoio a Antônio Conselheiro.

Jornalistas influenciaram diretamente na forma de pensar do leitor o que o impedia de formular seu próprio senso crítico e opinativo sobre o acontecimento. Durante a guerra de Canudos, a opinião pública brasileira dependeu dos relatos dos correspondentes enviados ao local, que nem sempre tentaram descrever a guerra com imparcialidade e foram até mais longe utilizando adjetivos tendenciosos e

pejorativos para descrever o sertanejo. Abaixo segue um exemplo de trecho extraído da descrição de Lelis Piedade, que comprova a linguagem tendenciosa:

Queimadas, 3 de setembro de 1897

(...) o fanatismo e a imbecilidade de uns desgraçados crendeiros transformaram Queimadas, como Monte Santo, em praças de guerra. (...). (GALVÃO, 1994, p. 47).

Os modelos ou estereótipos adotados por jornalistas também nos ajudam a selecionar que aspectos do mundo objetivo procurar.

Se alguma coisa é realmente nova e diferente, poderá não se encaixar no modelo existente, e podemos não vê-lo – ou não acreditar nisso mesmo se o vemos. Ou podemos distorcê-los tanto para fazê-lo encaixar-se no modelo existente que poderá apenas afastar-nos, e não aproximar-nos, da verdade. (MEYER, 1989, p. 83).

Os escritores, sejam eles repórteres jornalísticos, autores de roteiros de cinema, ou romancistas, adotam modelos nos quais podem encaixar seus fatos objetivos. Esses modelos ajudam tanto ao escritor quanto ao leitor a compreenderem e apreenderem o sentido dos fatos, mas este benefício tem um custo. (MEYER, 1989, p. 82).

O problema dos jornais é que ao se agarrarem aos estereótipos populares que são contrários aos fatos, reforçam e firmam aqueles estereótipos e podem dificultar a mudança social desejada.

HISTÓRICO E RELATÓRIO DO COMITÊ PATRIÓTICO DA BAHIA

Introduzir o *Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* nesta pesquisa é essencial para compreender um pouco do desastre e sofrimento de soldados republicanos e jagunços, fruto do massacre sangrento que representou a Guerra de Canudos na história Brasil.

O comitê foi fundado em Salvador no dia 28 de julho de 1897, período em que a quarta expedição contra Canudos viveu talvez seu pior momento. As dificuldades militares, a fome e doenças da época dificultaram o desempenho dos soldados e o fim do massacre de Canudos. Ele era composto por representantes dos mais influentes setores da sociedade baiana, profissionais liberais, representantes das igrejas cristãs, empresários de diversos ramos produtivos, da imprensa e dos vários setores organizados da população. A equipe também ofereceu uma infra-estrutura médica e sanitária que atuou como principal suporte de assistência e amparo para os soldados que chegaram a Salvador.

O comitê foi importante também para denunciar os maus tratos e sofrimentos vividos pelos jagunços.

*Os relatos dos que chegaram dos campos de batalhas chocavam a volúvel opinião pública baiana. Personalidades e importantes setores da sociedade se posicionaram, em flagrante mudança de atitude, sem no entanto reconhecer que colaboraram para a prática daquilo que agora condenavam.*¹³

No final de outubro de 1897, o acadêmico de direito Abílio de Carvalho proferiu diante de autoridades e oficiais militares severas críticas contra a Guerra de Canudos, citando ainda a degola e “o extermínio atroz dos submetidos” A homenagem aos sertanejos foi feita durante uma confraternização organizada para homenagear estudantes de medicina recém-chegados de Canudos. O discurso relata o seguinte:

Cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos e até Queimadas; e (..) vêm declarar perante os seus compatriotas – que consideram um crime a

¹³ PIEDADE, Lelis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia**. 2ª ed. Salvador. Editora Portfolium, 2002, p. 19

julgação dos míseros “conselheiristas” aprisionados, e francamente a reprovam e condenam, como aberração monstruosa (...). Urge que estigmatizemos as iníquas degolações de Canudos...(PIEADADE, 2002, p.19)

(...)

Destruído palmo a palmo,

o inferno dormente e calmo

é como altar de fumaça

pedido a Deus por clemência;

pela dura experiência

da falta de inteligência

que gerou tanta desgraça!

Vencidos e vencedores

foram vítimas de horrores

naquelas lutas finais

E o próprio sino, calado,

badalou dobre abafado,

e, partido lado a lado,

silenciou, não tocou mais.

Essa foi a triste história

de uma peleja sem glória

onde a lei era o fuzil

Mas de quinze mil soldados

e jagunços trucidados,

pela burrice arrancados

do coração do Brasil!!!¹⁴

Lelis Piedade foi secretário e principal responsável pelo *Comitê Patriótico da Bahia*, além de correspondente do *Jornal de Notícias*. Lelis destacou no *Relatório* a perseguição que os jagunços sofreram mesmo após o encerramento da guerra. Informações desta relevância eram todas levadas e abordadas durante reuniões com os demais integrantes.

“Em seu poder, um pedido de sertanejos para advogar a causa de muitos indivíduos, que estão ilegalmente sendo perseguidos por suspeitos de conselheiristas. Disto ocupar-se-á como governo; mas roga ao Comitê de continuar a sua obra de salvar mulheres e crianças, distribuídas como se animais fossem”.(PIEADADE, 2002, p.21)

O comitê funcionou durante oito meses e adotou inicialmente uma posição de apoio ao Exército agressor, aos seus órfãos e esposas. Pouco a pouco esta organização percebeu que também existia um outro lado que precisava de ajuda e

¹⁴ AZEVEDO Newton Meyer, “A Tragédia de Canudos”

comovido com os problemas e sofrimento que assolava os sertanejos, prestou misericórdia a eles também. Membros da entidade lutaram em defesa de todos os órfãos, viúvas e prisioneiros no pós-guerra, denunciando os maus tratos, infâmias e covardias a que eram submetidos. Muitos jagunços foram abandonados pelas estradas, vendidos como novos escravos ou levados como “*troféu de guerra*”.

O *Relatório* do comitê permite ao final da leitura, uma análise na mudança da linguagem e no tratamento dado aos sertanejos.

Interessante perceber como, no decorrer do texto do Relatório, a linguagem vai mudando de tom e adquirindo humanidade na medida em que o Comitê vai se envolvendo mais diretamente na zona conflituosa. Assim, se no começo a sua linguagem quando se refere aos moradores do Bello Monte, é de adjetivos raivosamente colocados, esses em seguida, passam a ser revistos e alterados.(PIEDADE, 2002, p. 32)

Esta entidade baiana foi importante também para destacar a venda de crianças e mulheres após a guerra. O secretário Lélis Piedade observou que havia um apelo à caridade na medida em que se descobriu a divisão e venda das crianças como animais, inclusive para pessoas desqualificadas para tal função. Piedade destacou ainda a existência de escravidão quando o tesoureiro do Comitê confessou que existiu venda de menores.

Além de denunciar atrocidades praticadas contra os sertanejos, o *Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* também representa um “hino de louvor aos corações que tomados pela caridade cristã se desdobraram em atividades de apoio para população inocente em situação de degradação física e moral pelos infortúnios da derrota e de horrores a que são submetidos”. (PIEDADE, 2002, p. 36)

(...)
**Vinte e cinco mil pessoas
 Morreram nestes conflitos
 só por causa do canhão
 eles foram os favoritos
 Canudos foi combatido
 Jamais será vencido
 Nos livros está escrito
 (...)¹⁵**

¹⁵ Morenito, 1997, *Os Cem Anos de Canudos*, 1ª edição: Euclides da Cunha (BA)

LELIS PIEDADE

Amaro Lélis Piedade terminou o curso de farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia e desde jovem iniciou profissionalmente a atividade jornalística, trabalhando no Diário de Notícias até 1886 e posteriormente no Jornal de Notícias. Lelis foi um dos principais líderes do Clube Republicano da Bahia, eleito para Assembléia Estadual Constituinte em 1891, eleito deputado duas vezes, além de secretário do Comitê Patriótico da Bahia.¹⁶

O correspondente foi enviado pelo Jornal de Notícias a Canudos para cobertura jornalística da quarta expedição enviada ao local. Todas as correspondências do jornalista foram datadas de Queimadas ou Cansanção cidades próxima a Canudos. O primeiro registro do correspondente foi no dia 06 de setembro de 1897.

Os trechos das correspondências de Lelis foram transcritos seguindo a ordem da data e local. A publicação das matérias não era imediata e muitas vezes levava-se dias para publicá-las devido à dificuldade de transportar as cartas aos jornais. A distância provocava esta dificuldade.

Diário de Lelis

Queimadas, 4 de setembro

“ (...) Sente-se um certo constrangimento e quantos pensamentos nos assaltam o espírito”. (...) A farmácia está bem sortida e cheia de boas ambulâncias para Monte Santo”. (GALVÃO, 1994, p. 341).

Apesar do apoio, muitos ainda morriam de varíola.

¹⁶ (PIEDADE, Lelis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia**. 2ª ed. Salvador. Editora Portfolium, 2002. p.28)

A censura já se comprova na primeira reportagem quando o correspondente declara: “os telegramas para aí são visados, de modo delicado, pelo Major Nemésio de Sá”. (GALVÃO, 1994, p. 342).

Queimadas, 4 de setembro

Conforme a minha índole, fujo da convivência oficial e isto também para sentir para sentir o grande prazer de ouvir falar bem de quem sabe cumprir o seu dever.

O Estado da Bahia, por seus delegados diretos, tem prestado serviços que eu não encareço agora, mas que hei de ter a suprema alegria de ver condensados no juízo da história, que dirá ao mundo e aos seus inimigos internos, especialmente, não ser uma pátria de jagunços nem de inimigos da República, não e não!

Conto o que vejo, conto o que me dizem os homens que me inspiram a máxima confiança. (GALVÃO, 1994, p. 346).

Apesar da tentativa de comprometimento com a veracidade dos fatos e imparcialidade, é visível que Lelis cobriu a Guerra de Canudos comprometido com a República e não com os demais brasileiros.

Cansação, 7 de setembro

“(..).Aqui há mulheres que vivem ao Deus-dará, na frase do vulgo, mas que recusam a pé firme toda sorte de trabalho, seja qual for a recompensa que se lhes prometa. (GALVÃO, 1994, p. 348).

A presença de mulheres e crianças foi algo marcante na guerra contra Canudos. Ambos participaram e lutaram ao lado dos sertanejos nos campos de batalha, além da prostituição presente na guerra.

(...) No meio de tudo isto o meu espírito se atordoia e o coração se me aperta ao ver a Bahia infamada e no seu seio a ignorância provocar risos de sangue patricio, custando o aparecimento de um dique que lhes impeça a passagem.

E a República?

Nela se refletindo os clarões de um incêndio que não provocou, nela batendo os salpicos de uma lama que não reuniu!

Não! Tirem tudo isto do nome da República e da Bahia

Façam justiça, por Deus; aguardem o julgamento mesmo da história contemporânea. (GALVÃO, 1994, p. 342).

O correspondente remete a culpa pelo início da guerra aos conselheiristas e jamais ao governo republicano.

Cansação, 9 de setembro

“ E a propósito da varíola: este terrível mal está fortemente grassando em Monte Santo, onde o número de doentes cresce dia a dia. Só num lazareto afastado, até hoje, existiam mais de 50 doentes, afora os que andam espalhados em diversos pontos. Por que a terrível epidemia não auxilia a destruição dos jagunços em seu quartel negro?” (GALVÃO, 1994, p. 364).

A varíola é citada novamente pelo jornalista, que chega a desejar morte aos jagunços com a epidemia.

(...) Uma das causas do desenvolvimento da varíola em Monte Santo residiu no quarto imundo e infecto em que prenderam as jagunças. Era impossível passar cinco minutos ali, tal cheiro infecto, tal a imundície na sua mais genuína expressão. (...) a varíola mataria uma por uma daquelas desgraçadas, que, embora prisioneiras e pervertidas pela ignorância, são dignas de dó. (GALVÃO, 1994, p. 366).

Queimadas, 17 de setembro

(...) Chega-me a vez de responder à cediça pergunta; O que há sobre Canudos? (...) Cinquenta mil homens que mandem para este sítio nada farão, por causa da fome, que tem feito desertar muita gente, e por causa da peste. Uma e outra tem feito mais mal ao nosso exército do que a valentia feroz e a emboscada feroz dos jagunços. A força que lá existe é bastante para derrotá-los, mas é preciso uma cartada suprema. Morrerá muita gente, mas vencer-se-ão os mil ou 2 mil jagunços que cercam o Conselheiro. (GALVÃO, 1994, p. 365).

As estratégias militares não mostravam resultados e o governo republicano cobrava a extinção em massa dos sertanejos. O general Artur Oscar havia solicitado mais munição e soldados para ajudar no combate. Lelis chegou a confessar não entender razão pela qual a guerra ainda não havia acabado.

Cansação, 11 de setembro

(...) E o Conselheiro e sua gente?

Como eu tenho medo de um pequeno trecho da estrada do Cambaio, que aliás deve estar em nosso poder a esta hora, como me arreio da aberta ainda existente no reduto negro, por onde podem talvez sair e entrar inimigos da ordem?!

Fé em nosso Exército. A luta não terminará em Canudos, há de ir mais longe, até a Várzea da Ema e outros lugares onde os conselheiristas estão formando novas trincheiras, mas o Exército e nossa polícia hão de castigá-los. (GALVÃO, 1994, p. 372).

Lelis novamente estabeleceu sua posição favorável ao Exército brasileiro.

Queimadas, 14 de setembro

(...) posso adiantar à última hora mais os seguintes apontamentos:

Prova do estoicismo fanático:

Entre os jagunços presos ultimamente encontrou-se um perverso, assassino, crioulo, moço ainda e que foi demoradamente interrogado.

A todas perguntas invariavelmente respondia – Não sei. Julgado teve a sentença de guerra.

Conduzindo ao lugar do sacrifício foi-lhe perguntado como queria morrer.

De tiro, respondeu.

Pois há de ser de facão.

O desgraçado, com o maior sangue frio e arrogância resoluta, levantou a cabeça e apresentou a garganta! (GALVÃO, 1994, p. 378).

O correspondente foi o primeiro a denunciar a degola na guerra contra Canudos. Chamada de *garganta vermelha*, a degola foi a prática mais adotada para matar os jagunços.

“A propósito de perversidades:

São cruéis, têm as feições da mais completa ferocidade as que os jagunços cometem contra os nossos soldados, cujas vidas eles arrancam a traição e em cujos cadáveres cevam, num requinte selvagem, todo o seu ódio”. (GALVÃO, 1994, p. 383)

Lelis usa termos tendenciosos e pejorativos para descrever os jagunços, porém ressalta a violência praticada pelos soldados.

(..)“Queria no entanto que nós não imitássemos essas perversidades. Alguns soldados, não obstante a recomendação de chefes, comentam horrores contra jagunças e contra jagunças e contra menores de ambos os sexos, matando-os cruelmente
 (...) Intolerável o matadouro de Queimadas”. (GALVÃO, 1994, p. 383).

Queimadas, 17 a 19 de outubro

(...)De 1 a 5 (fim da Guerra de Canudos), houve sempre forte tiroteio contra o inimigo, que foi enfraquecendo, levantando por fim bandeira branca. Apresentaram-se, então, muitos homens e mulheres. Interrogados alguns sobre os que ficaram ainda no reduto, disseram que estes preferiam morrer a render-se.

No comboio de 5 chegou grande quantidade de querosene, que foi atirado às casas que restavam e aos fojos em que o inimigo se entrincheirava”. (GALVÃO, 1994, p. 398).

Não há oficial que não fale com admiração da bravura desses homens, aos quais a ignorância, a ausência de escola, de trabalho e de estradas de ferro atiraram à imbecilidade de um fanatismo, que vitimou milhares de pessoas. Foi um combate de heróis, principalmente por parte do Exército, das nossas forças que iam para o desconhecido, lutar, lutar...(GALVÃO, 1994, p. 400).

Apesar de reconhecer a capacidade dos jagunços, Lelis permanece com discurso ideológico e parcial ao governo republicano da época. Os conselheiristas era um povo sofrido que não usou armas de fogo e nem havia formação militar para combater aos soldados. Mesmo assim resistiram a um ano de ataques e terminaram totalmente destruídos.

Euclides da Cunha ressalta em sua obra “Os Sertões”, que Canudos resistiu até o último instante.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados. (<http://www.portfolium.com.br/canudos.htm>, acessado dia 01/05/2005).

MANOEL BENÍCIO

Pernambucano, mas radicado em Niterói, Manoel Benício nasceu em 1861 e trabalhou como repórter d' *O Tempo no Sul*, durante a Revolta da Armada. Foi professor, tabelião de notas; e ainda cursou a Escola Militar, onde pôde adquirir conhecimentos de estratégia militar que posteriormente o ajudou a criticar as estratégias adotadas na Guerra de Canudos.

Manuel Benício chegou a ser convidado a se retirar por dar informações julgadas inconvenientes, sua última reportagem é datada de 24 de julho e só no início de setembro seu substitutivo, que também chega como ministro da Guerra, reencetará a série. (GALVÃO, 1994, p. 113).

O correspondente do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro chega a denunciar a censura. “ (...) *havia dificuldades para a transmissão de informações, isto é evidente à mera leitura das reportagens.* (GALVÃO, 1994, p. 113).

Os trechos das correspondências de Manoel Benício foram transcritos seguindo algumas datas, mas em alguns casos as informações se completam e por isso há necessidade de pesquisar e completar a linha de raciocínio com informações de outras datas. E devido às cartas avulsas, a ordem nem sempre respeitam a data em que foram escritas.

Diário de Manoel

Canudos, 4 de julho

(...) A minha reportagem sobre a Coluna Oscar cifra-se unicamente a descrever o que vi depois que aqui chegamos junto a ela. (...) Tive a suprema satisfação de ser apresentado pelo General Saveget em uma roda de oficiais, ao General Artur Oscar, não como jornalista, mas como um combatente e patriota que havia prestado bons serviços à sua coluna. (GALVÃO, 1994, p 245.)

Benício denunciou várias vezes os erros militares cometidos pelo General Artur Oscar e a competência dos jagunços na guerra. O correspondente também se compromete com a veracidade dos fatos e ao contrário de Lelis Piedade, não demonstra tanto patriotismo ao relatar os acontecimentos.

Posso descrever o que vi e as conseqüências dos fatos que assisti, sem receio de ser contestado. Posso mesmo confessar com modéstia que criei uma posição que não permite-me andar indagando para contar aos que me lêem a série de informações que dou relativas a nossa marcha de combatentes. Por isto não temo contestações, mesmo as que se possam referir aos vitupérios que modestamente para aqui trasladei. (GALVÃO, 1994, p. 245).

A Guerra de Canudos é descrita por Manuel Benício como:

(...) uma loucura suprema que só o patriotismo explica. Era de ver aquela subida fantástica pelas penedias acima, que mais parecia, pelo rolar dos mortos e feridos ao sopé dos penhascos, a expulsão celeste dos anjos rebeldes pintados por Gustavo Doré, no Inferno de Dante. Cavalos em correrias de Mazeppa, cabeça alçada pelo assombro, arrastando cadáveres e feridos, por cima de feridos e cadáveres, outros assustados a pinotear , relinchando de susto, com arreios por baixo do ventre.(...) Nunca presenciei espetáculo mais grandiosamente solene e terrível em minha vida (...) (GALVÃO, 1994, p. 238).

Benício descreveu os combates em Canudos com adjetivos e comparações literárias ricas, poupando várias vezes de usar termos pejorativos para descrever os jagunços. O correspondente mostrou mais preocupação em denunciar os erros das estratégias da guerra adotadas pelo general Artur Oscar e ainda citou as emboscadas e estratégias dos jagunços para combater os soldados. Os jagunços causaram uma certa admiração no correspondente.

(...) o fogo vivo, intenso, feroz e traiçoeiro que da emboscada, nos faziam os jagunços. É preciso notar que estes combatentes ferozes e misteriosos não eram vistos pelos nossos soldados, pois brigavam de emboscada, às ocultas, mudando de lugar a cada tiro, rastejando pelo solo como serpentes, por baixo dos lastrados de macambiras (planta típica do sertão nordestino) quando os serros não tinham outro esconderijo para nos emboscar. (GALVÃO, 1994, p. 240).

O conhecimento geográfico permitia aos jagunços sucesso na hora de fugir ou até mesmo de atacar aos soldados. A agilidade dos jagunços nos combates era questionável.

(...) Os lugares em que nos tocaiavam eram por natureza entrincheirados e quase inacessíveis, só capazes de serem transitados por bodes e jagunços. (GALVÃO, 1994, p. 240).

(...) Sem hipérbole, há um quê de fantástico nestes bandidos e fanáticos (...) . Trepam-se nas forquilhas das árvores altas e caçam-nos friamente, convictos de que praticam um bem que Deus lhes há de recompensar. (GALVÃO, 1994, p. 241).

A citação acima foi uma das poucas em que Manoel Benício usou adjetivos pejorativos para descrever os sertanejos. Não há nos relatos do correspondente tanta citação de “bandidos” e nem de “fanáticos” para relacionar os jagunços. As citações abaixo questionam novamente a estratégias de guerra do General Artur Oscar.

(...) Doze oficiais foram ingloriamente postos fora de combate neste dia, sem nada conseguirem. Pois não é óbvio que a artilharia é feita e colocada para agir fora do alcance da infantaria?

E quando as circunstâncias de ocasião exigirem que ela funcione a distância de tiro de fuzil, não é óbvio também que seja protegida por trincheiras? Não me julgo apto para conhecer da perícia de um general em assunto de arte de guerra, todavia cabe-me a graça de ouvir juízos dos outros, o que fiz. (GALVÃO, 1994, p. 242).

(...) General Artur Oscar teve notícia de que a munição estava cortada; isto é, a estrada estava cortada e os jagunços atacavam a munição.

Assim a precipitação ou imperícia indesculpável em um general, que é o quinto comandante da expedição a Canudos, o perdia ingloriamente. Sem munição não se briga e muito mais sem ela e com fome e sede, como estavam já os seus soldados. Os oficiais já reclamavam. Os jagunços tinham tomado a fonte onde se ia buscar água.

(...)Não seria mais racional e tático que, uma vez sentindo-se desmuniado, recuasse metade ou toda tropa até encontrar a munição que estava a uma légua atrás? Respondam os militares práticos na arte de guerra, que de teorias espanholas andamos cheios”. (GALVÃO, 1994, p. 243).

O correspondente usou questionamentos para despertar a crítica do leitor para o que acontecia em Canudos e o por quê dos soldados não terem vencido ainda uma guerra que teoricamente não haveria de ter durado tanto. Os relatos do jornalista mostram claramente a indignação com as decisões tomadas por Artur Oscar.

(...) Cabe aqui elogiar estes bravos (soldados) que se não fossem brasileiros ter-se-iam já revoltado contra o seu chefe, também como eles desconsolado, perdido e sem ação. Oficiais contaram-me que, depois do pedido de socorro que mandava pedir ao General Saveget, tirava de quando em quando o relógio, angustiado pela demora da chegada da coluna que o havia de salvar, e salvar a República de um quinto desastre mais vergonhoso do que a soma de todas as vergonhas de Canudos.

(...) ouvi-o confessar que a segunda coluna salvara a primeira e que, caso houvesse um fracasso nesta expedição, a República seria abalada. (GALVÃO, 1994, p. 244).

O jornalista enviado pelo Jornal do Comércio mostrava sua insatisfação com o General Artur Oscar. A medida que o tempo passava seus relatos mostravam o sentimento de decepção do correspondente, que ainda teve que enfrentar a censura de ter suas correspondências avaliadas previamente pelo próprio general.

É inacreditável como o General Artur Oscar, que tinha sobre Canudos opinião assentada de que aquilo não era um antro unicamente de bandidos e fanáticos, mas também de monarquistas poderosos, não previsse a resistência dos jagunços e não tomasse medidas e providências que garantissem, ao menos por alguns dias, o combate, o fornecimento e água a seus soldados.

(...) Já tinha exemplo nos comandantes das expedições anteriores de que os conselheiristas eram tenazes, corajosos e temíveis, ainda no tempo em que manobravam clavinotes, facões, bacamartes e armas de caça.

Chefe de uma expedição de tamanha responsabilidade, que já tinha custado à República duas patentes superiores, o seu dever seria traçar bem um plano, prevendo os imprevistos e agindo com inteira segurança. (GALVÃO, 1994, p. 246).

O General Artur Oscar age como entende, pouco atendendo à opinião dos companheiros. Devido a isto é que colocou-os nesta posição. (GALVÃO, 1994, p. 290).

Canudos, 3 de julho

Além dos graves ferimentos e da falta de medicamentos, a fome dificultou o desempenho e em certas ocasiões facilitou a captura de soldados pelos jagunços.

Os soldados andam a caçar carneiros e bodes nas caatingas, ao mesmo tempo que são caçados pelos jagunços. (GALVÃO, 1994, p. 248).

É impossível esta guerra, guerra de emboscada. Ninguém vê jagunços, atira-se à-toa e sem saber como, morre-se bestamente. É impossível, e a situação complica-se de modo a meditar-se seriamente. (GALVÃO, 1994, p. 252).

Remédio há muito porém para pneumonia, espinhela, caída, quebranto, feitiço e outras tantas enfermidades que, por ora, não há nem tem aparecido no acampamento.

Deste remédios as ambulâncias vieram cheias.

Para febres, ferimentos não há mais medicamentos. (...) a falta de medicamento tem sido causa de muitas gangrenas.

E assim vai até que a última operação não possa mais ser feita sob pena de um assassinato a bisturi. (GALVÃO, 1994, p. 281).

Benício destacou a morte inútil de mulheres e crianças na guerra contra Canudos e citou ainda a preocupação de Artur Oscar e sua insistência ao afirmar que havia balas explosivas e surdas com os jagunços.

Canudos, 8 de julho

(...) oito vítimas hoje sacrificadas ingloriamente. Uma mulher que estava torrando milho para almoçar às 3 horas da tarde, um soldado que guardava a linha da retaguarda, outra mulher que andava pelo acampamento, ainda outra que de reumatismo nas pernas teve varadas, deitada dentro da barraca e finalmente quatro soldados da linha da vanguarda, todos mortos por balas perdidas, sem estarem em combate ou tiroteio. (GALVÃO, 1994, p. 294).

O jornalista novamente criticou o desempenho militar do general encarregado pela quarta expedição ao citar que ele havia feito todos do acampamento acreditarem na existência de armas explosivas. O interessante é que Manoel Banício chama atenção para os fatos e apresenta fundamentos técnicos para comprovar suas insinuações. Em relação às armas explosivas ele comprovou que não havia como os jagunços possuírem as mesmas.

(...) O que é verdade é que estes que aqui dizem haver tais balas nunca as viram. (GALVÃO, 1994, p. 296).

Demais se as explosivas detonam nos ares sem encontrar resistência, têm espoletas de tempo, o que parece irrealizável em projétil como é o da Manulicher ou da Mauser, etc. Explodindo nos ares como parece fazer, quase todas as balas dos jagunços, devido à colocação em que se acham eles e nós, e as circunstâncias atmosféricas, os estilhaços destas milhares de balas que explodem sobre o acampamento deveriam ferir muita gente. Tal nunca se sucedeu; os feridos de todos os dias são por balas inteiras que em geral são extraídas. Outras vemos no chão, levantando poeira e ricocheteando.

Dadas estas convicções e circunstâncias, pergunto:

- *É possível haver balas explosivas para clavinhas Manulicher, Mauser, etc? No caso afirmativo, podem estes projéteis explodir sem topar resistência a sua velocidade? (GALVÃO, 1994, p. 296).*

Benício estava atendo às calúnias e procurou chamar atenção e denunciar sobre o que não concordava.

(...) Faço um apelo aos senhores militares. Respondam e ponham claro esta questão, a fim de tirar da cabeça de nossas tropas, de nossos oficiais de engenheiros, de artilharia e de infantaria a dúvida.

(...) Ora, aí está uma coisa que só quem pode saber é conhecê-la bem a fundo são os militares, balística. (GALVÃO, 1994, p. 296).

Canudos, 1 de julho (cartas avulsas)

O jornalista continua a descrever em seus relatos os jagunços como perversos, mas o faz sem tanta repetição, ao contrário de Lelis Piedade.

(...) os soldados que andavam pelo campo olharam para o penhasco e lá viram isolado um jagunço muito calmo que lhes disse: “Não me matem, camaradas, que sou companheiro. Só atiro em oficiais”.

Por aí pode-se avaliar do fanatismo perverso destes bandidos.(GALVÃO, 1994, p. 297).

O jornalista mostrou sua agonia ao descrever a situação de fome e incerteza pela qual soldados e ele mesmo sofriam no acampamento. O correspondente chega a fazer uma comparação ao sofrimento de Jesus na cruz.

(...) Há certos tempo pra cá tomamos as rações de milhos dos pobres animais para não morrermos de fome. Sem milho e sem pasto, o pobre rocinante baleado há pouco morreria à fome. Se ele não sucumbisse tão cedo, como havia de sofrer antes de expirar por inanição?! Bem melhor para ele. Para nós talvez não; porque embora fosse uma boca de menos, quem sabe se não chegaremos a comer carne de cavalo? .(GALVÃO, 1994, p. 304).

Se a gente pudesse ter certeza de que ia morrer daí a pouco por uma destas malditas balas soltas por um único e infernal jagunço, quanto seria melhor, para não prolongar esta angústia, esta agonia, este tormento atroz e incalculável, matar-se!...

– Oh! Bem melhor. Ao menos, fugiria de ouvir, como Jesus, as marteladas nos cravos da cruz em que foi pregado, este assobio agoureiro de ave morte. (GALVÃO, 1994, p. 304).

10 de agosto (última carta do correspondente)

Durante toda a cobertura jornalística de Benício houve críticas às estratégias de guerra adotadas pelo general Artur Oscar o que levou a sua expulsão do acampamento.

(...) Só agora, depois de se estar morrendo de fome em Canudos antes de tomá-lo é que o General Artur Oscar e o Coronel Campelo lembraram-se de organizar o serviço de transporte e comprar fornecimento para as tropas? p 309.

(...) A quem se deve, pois, a perda de tantos oficiais e praças, inutilmente?

Por que estamos, há quinze dias, nas portas de Canudos, sem poder avançar?

Qual o causador da fome que assola no acampamento e das deserções em massa?

Será desta vez ainda arrasado Canudos se Antônio Conselheiro quiser resistir?

A expedição veio com o fim de atacar e está se defendendo. Quem ataca hoje é o inimigo que nos sitiou e cortou as vias de comunicação com os pontos de comércio e recursos. (GALVÃO, 1994, p. 311).

Perto da conclusão de seus relatos, o correspondente destacou mais um incômodo no acampamento, os piolhos.

E as muquiranas!?

Conhecem muquiranas, um piolho repugnante menor do que o carrapato que dá na pele humana? Que fartura deles aqui! Se ao menos fosse bicho de se comer...(GALVÃO, 1994, p. 312).

Benício não poupou palavras para expressar que sua cobertura jornalística da Guerra de Canudos foi baseada na veracidade dos fatos. Posteriormente foi expulso do acampamento pelo General Artur Oscar devido às inúmeras críticas às estratégias militares. O *Jornal do Comércio* enviou outro correspondente para substituí-lo.

Como faz mal a gente ter convicções, de estar cumprindo patrioticamente com a missão de que é encarregado, ler que um jornal, na sua ausência, procura não contestar somente com palavras e informações das ruas, mas pelo ridículo, a nossa individualidade.

Contestam-me o República e a Folha da Tarde, destruam com informações a gancho a ordem do dia 28 de junho em que o General Artur Oscar confessou que o General Savaget, cheio de glória, salvara a primeira coluna no alto da Favela, mas deixem a minha celebridade de capitão-jornalista, crítico de estratégia e tática, sossegada.

O correspondente se defendeu e retrucou:

Não sou nada disto. De capitão tenho honras unicamente, que me deu um grande homem; escrevo como todo, o mundo sabe anotar o que vê, com verdade e critério. Nada sei de tática nem de estratégia, mas me parece que não é preciso estudar isto para ver que, quanto mais abrigada, isto é, menos exposta está uma força em combate; quanto mais alimentos e munições ela tem; e quanto mais explorados estão os caminhos por onde ela tem que avançar, tanto menos soldados morrem. Pois não é intuitivo isto? Ou é preciso se estudar em livros estas coisas que o instinto de conservação humana nos ensina maquinalmente? (GALVÃO, 1994, p. 322)

O correspondente teve sua saúde abalada devido às condições precárias da guerra.

Estou cansado, estou doente. O meu estômago, devido às águas horríveis que bebi durante longas semanas, a alimentação, a carne de bode e de vaca que ingeri sem sal e sem farinha durante semanas longa, tem contorções de cascavel ou coivara e pesa-me como uma chapa de chumbo. (...) À noite tenho febre e desperto com uma secura intolerável. (GALVÃO, 1994, p. 319).

Benício mostrou sua inquietação quando retornou da guerra devido às publicações polêmicas dos jornais. O correspondente foi questionado várias vezes a respeito da guerra.

“Todos me interrogam a respeito de Canudos. Como não sou otimista nem pessimista em coisas de guerra, respondo como o caso é. Mas eis que uma nova indagação me atiram e ei-la: – Mas para que tanta força a seguir para lá?

Resposta:

“Canudos que já foi tudo, hoje é nada”. (GALVÃO, 1994, p. 323).

O poema abaixo descreve por meio de versos o combate em Canudos. Expressões ricas e fortes destacam o massacre no sertão baiano.

CANTO-GUERREIRO

*Três volantes policiais
perderam homens, aos milhares,
e igual sorte também tiveram
três expedições militares;*

*mas a vitória do Arrail
não é vencer o litoral,*

*é ser apenas esquecido,
com suas forjas, seus curtumes,
seu deus severo, seu castigo,*

*o que quer, de fato, esse povo
é ser inventado de novo*

II

*cinco mil soldados atiram
contra cinco ou seis mil taperas,
mas não era guerra de iguais,
guerra de feras contra feras*

*mas só tardas invasões
ao pombal, pelos gaviões;*

*em meio aos pombos, Pajeú
não respeitou a artilharia
e atracou-se de corpo nu,*

*caindo varado, no chão
corpo a corpo contra um canhão*

III

*De baixa estatura, o soldado
sádico tenta, em vão, levar,
ao pescoço do alto jagunço,
o lado da forca, o colar*

*que, ao lado da degola, espera
os guerrilheiros da tapera:*

*o jagunço toma-lhe o laço,
coloca-o no próprio pescoço,
presidindo seu cadafalso;*

*fechada em sim, aquela gente
sabia morrer diferente*

IV

***Um desidratado cadáver,
há três meses, braços abertos,
abraça o sol: é de um soldado
deixado atrás, pelos desertos,***

***tem da múmia a postura clássica,
quando algum vento a desenfaixa;***

***perto dele, o cavalo morto
parou com as patas dianteiras
sobre um rochedo, a meio corpo:***

***dentro do silêncio, a intervalos,
vagens secas davam estalos.***

V

***Todo sonho, quando afogado,
vira, sem saber, uma lenda;
assim ocorreu com Canudos,
nossa Atlântida: nesta fenda***

***sertaneja, some a semente
de outra nação de outra gente,***

***nela, a honra militar morreu
na hora em que menos deveria:
quando a República nasceu***

***enlameada, sem pudor,
nas mãos do próprio defensor.¹⁷***

ALBERTO DA CUNHA MELLO

¹⁷ FERNANDES, RINALDO DE, "O Clarim e a Oração" – 1ª Edição, São Paulo 2002.

CONCLUSÃO

Este trabalho não representa apenas uma conclusão acadêmica, mas uma realização pessoal. A cobertura jornalística da Guerra de Canudos é um tema que permite uma abordagem rica sobre o desenvolvimento da imprensa na história do Brasil. O discurso tendencioso dos dois correspondentes estudados retratam não apenas uma forma subjetiva de fazer jornalismo, mas a influência de fatores externos na produção das reportagens.

Se pudesse expressar em uma palavra meu sentimento em relação a este trabalho, certamente adotaria o termo **COMPREENSÃO**. No começo havia muita revolta com a forma de “fazer” jornalismo, mas hoje entendo que a imprensa acompanha o momento e que muitas das reportagens foram criadas devido às influências do governo e da própria sociedade, que tinha sede de vingança republicana. Mesmo com esta justificativa, o profissional de comunicação deve procurar extrair o máximo de imparcialidade de um determinado evento e por isso acredito na importância desta profissão de jornalista. Temos o compromisso com a verdade e com o povo.

A viagem a Canudos enriqueceu esta pesquisa e foi indispensável para aquisição da bibliografia, ainda muito limitada sobre o tema. Além dos livros, ficar perto de onde aconteceu todo aquele massacre foi fascinante. Este trabalho certamente influenciou na minha formação acadêmica e pessoal.

No início desta pesquisa eu não admitia a linguagem maldosa adotada para descrever os jagunços e ainda fico incomodada com as descrições, mas após este estudo percebi a influência do momento histórico sob a imprensa. Esta explicação reflete no discurso ideológico dos correspondentes, mas apesar da justificativa acredito na importância do profissional da área estar sempre em busca da objetividade e imparcialidade. A censura é o maior inimigo da imprensa e ela esteve presente na cobertura jornalística da Guerra de Canudos e mesmo assim houve quem lutasse pela história e são estes personagens que acendem em nós estudantes, a esperança de que existe um jornalismo baseado na verdade e objetividade.

“Se o mundo se torna o que os jornais dizem que é, então os jornais devem ser muito cuidadosos sobre o que dizem que ele é”.

– George Hebert Mead

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

GALVÃO, W. N. **As Formas do Falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas**, 2^o. ed. , São Paulo, Perspectiva, 1986.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. 9^o. ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. São Paulo, Editora Klick, 1997

GALVÃO, W. N. **No Calor da Hora**. 3^a ed. São Paulo, Editora Ática, 1994.

PIEIDADE, Lelis. **Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia**. 2^a ed. Salvador. Editora Portfolium,2002.

BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços**. Rio de Janeiro. ed Fundação Getúlio Vargas,1997

ANTONIO, Marco. Canudos, **O Campo em Chamas**. São Paulo. ed Brasiliense, 1992.

OLIVIERI, **Antonio Carlos. Canudos**. 6^a edição, ed Afiliada, 1998.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos O Campo em Chamas**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1992

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. 3ª edição. Ed. Pontes. Campinas, São Paulo, 2001.

ANTÔNIO, ZÉ, "*O Guerreiro de Belo Monte contra Prudente Matadeira*", 2ª Edição, Aracaju, 1993

HORCADES, Alvim Martins. **Descrição de uma Viagem a Canudos**. Salvador. Editora da Universidade da Bahia, 1996.

MARX, K., **Contribuição à Crítica da Economia Política**, em FERNANDES, F. (org.), K. MARX & F. ENGELS: *História*, São Paulo, Ática, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Ed. Mauad. Rio de Janeiro, 1998.

Sites:

www.portifolium.com.br, acessado no dia 25/04/2005.

<http://educaterra.terra.com.br>, acessado no dia 25/04/2005.